

Concessionária Rota do Oeste S.A.

**Demonstrações contábeis intermediárias
condensadas acompanhadas do Relatório de
revisão dos Auditores Independentes**

Em 30 de setembro de 2016

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da administração às informações intermediárias condensadas encerradas em 30 de setembro de 2016	12

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três e nove meses findo naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 “Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Início das operações

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015 e, portanto, passou a auferir receitas de pedágio a partir desta data. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa conclusão não está modificada com referência a este assunto.

Endividamento de curto prazo

Adicionalmente, sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que em 30 de setembro de 2016 o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante no montante de R\$ 1.294.630 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. A Companhia encontra-se em negociação junto a instituição financeira para prorrogação do vencimento de um de seus empréstimos classificado no passivo circulante cujo vencimento é previsto para Novembro 2016, e a contratação de empréstimos e financiamentos de longo prazo, visando o reequilíbrio dessa situação. Eventual insucesso dessas negociações e a não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia. As demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2016 não contem ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto.

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa conclusão não está modificada em relação a esses temas.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de novembro de 2016.



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT - CRC 1SP-151.079/O-0



Edilson Attizani
CT - CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	ATIVO		
	<u>Notas</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.745	5.288
Aplicações financeiras	7	10.652	5.017
Conta reserva	8	29.441	-
Contas a receber	9	21.148	17.924
Tributos a recuperar	-	2.623	1.250
Despesas antecipadas	10	7.074	5.533
Partes relacionadas	11	-	89
Outros ativos	-	1.414	2.324
		<u>78.097</u>	<u>37.425</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	10.450	20.350
Despesas antecipadas	10	2.295	3.417
Depósitos judiciais	-	1.227	1.127
		<u>13.972</u>	<u>24.894</u>
Imobilizado	13	3.587	4.295
Intangível	14	1.570.229	1.371.737
		<u>1.573.816</u>	<u>1.376.032</u>
Total do ativo		<u><u>1.665.885</u></u>	<u><u>1.438.351</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	1.013.989	634.959
Fornecedores	-	24.520	81.130
Fornecedores - partes relacionadas	11	26.469	52.166
Mútuos - partes relacionadas	11	287.142	146.208
Obrigações sociais e trabalhistas	16	8.939	9.225
Tributos a pagar	-	4.649	5.042
Contas a pagar	17	6.563	2.758
Provisão para contingências	18	456	139
		<u>1.372.727</u>	<u>931.627</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	-	303.419
Fornecedores	-	809	1.987
Provisão para conserva especial	19	5.354	426
		<u>6.163</u>	<u>305.832</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	20	307.558	240.558
Prejuízos acumulados	-	(20.563)	(39.666)
		<u>286.995</u>	<u>200.892</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>1.665.885</u></u>	<u><u>1.438.351</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Operações continuadas					
Receita líquida	21	124.775	495.863	316.916	650.073
Custo dos serviços	22	(74.234)	(336.190)	(306.044)	(639.201)
Lucro bruto		50.541	159.673	10.872	10.872
Despesas (receitas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(6.425)	(17.792)	(15.846)	(56.819)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	193	608	(10)	(75)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		44.309	142.489	(4.984)	(46.022)
Receitas financeiras	24	1.864	2.691	506	5.691
Despesas financeiras	24	(60.714)	(116.178)	(15.796)	(22.294)
Resultado financeiro, líquido		(58.850)	(113.487)	(15.290)	(16.603)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.541)	29.002	(20.274)	(62.625)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	25	4.929	(9.899)	5.844	20.243
Lucro (prejuízo) do período		(9.612)	19.103	(14.430)	(42.382)
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações no fim do período - R\$	26	(37,27)	74,07	(103,82)	(111,83)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro (prejuízo) do período, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014		240.000	(23.637)	216.363
Prejuízo do período	-		(42.382)	(42.382)
Aumento de capital	-	558	-	558
Em 30 de setembro de 2015		240.558	(66.019)	174.539
Em 31 de dezembro de 2015		240.558	(39.666)	200.892
Lucro do período	-	-	19.103	19.103
Aumento de capital	20	67.000	-	67.000
Em 30 de setembro de 2016		<u>307.558</u>	<u>(20.563)</u>	<u>286.995</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) dos períodos antes do imposto de renda e da contribuição social	29.002	(62.625)
Ajustes		
Depreciação e amortização	18.286	6.772
Perda na baixa do imobilizado e intangível	897	198
Provisão para conserva especial	4.737	-
Provisão para contingências	317	-
Ajuste a valor presente	190	-
Juros e variações monetárias, líquidas	104.534	6.622
	157.963	(49.033)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(3.224)	(11.776)
Tributos a recuperar	685	-
Despesas pagas antecipadamente	(419)	328
Partes relacionadas	89	-
Outros ativos	910	487
Depósitos judiciais	(100)	-
Fornecedores	(62.555)	2.129
Fornecedor - partes relacionadas	(26.388)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(286)	3.870
Tributos a pagar	1.933	2.104
Contas a pagar	3.805	(2.686)
Caixa gerado (aplicado) nas operações	72.413	(54.577)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.058)	-
Juros pagos no financiamento	-	(5.069)
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades operacionais	70.355	(59.646)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(3.492)	151.533
Conta reserva	(29.127)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(338)	(1.259)
Adições ao intangível	(182.044)	(531.930)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(215.001)	(381.656)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas		
Recursos recebidos	111.000	220.904
Recursos liberados	-	(156.000)
Empréstimos e financiamentos		
Captação de empréstimos	-	445.337
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(75.000)
Pagamento de custos de transação	(32.897)	(10.905)
Aumento de capital social	67.000	19.925
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	145.103	444.261
Redução do caixa e equivalentes de caixa	457	2.959
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.288	250
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5.745	3.209
Varição de caixa do período	457	2.959

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas	520.733	652.575
Receita de serviços	298.053	28.116
Receita de construção ICPC 01-R1	<u>222.680</u>	<u>624.459</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(31.371)	(38.016)
Custo de construção ICPC 01-R1	(222.680)	(624.459)
Serviços de terceiros e outros operacionais	<u>(45.297)</u>	<u>(4.482)</u>
Valor adicionado bruto	221.385	(14.382)
Depreciação e amortização	(18.286)	(6.772)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>203.099</u>	<u>(21.154)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.691	5.691
Outros	1.447	(45)
Valor adicionado total a distribuir	<u>207.237</u>	<u>(15.508)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	31.052	18.019
Remuneração direta	26.744	14.120
Benefícios	2.746	3.105
FGTS	1.562	794
Impostos, taxas e contribuições	41.880	(13.140)
Federais	27.946	(14.446)
Estaduais	133	100
Municipais	13.801	1.206
Remuneração de capitais de terceiros	115.202	21.995
Juros	113.840	20.523
Aluguéis	1.241	1.440
Outros	121	32
Remuneração de capitais próprios	19.103	(42.382)
Lucro (prejuízo) do período	<u>19.103</u>	<u>(42.382)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>207.237</u>	<u>(15.508)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

Notas explicativas da administração às informações intermediárias condensadas de 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 6 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”).

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 1.294.630 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 894.202), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) e a Caixa Econômica Federal (“CEF”), com vencimentos em 15 de novembro de 2016 e 20 de fevereiro de 2017, respectivamente. A Companhia previa em seu Plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Construção e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas. Para equalizar os efeitos do CCL negativo, a Companhia utilizará os recursos advindos das atividades operacionais da Companhia, os aportes dos acionistas (Nota 20) e os mútuos subordinados contratados (Nota 11), no decorrer do ano de 2016, para equalizar o CCL, até que ocorra a captação do empréstimo de longo prazo.

Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, os quais são acionistas diretos, da Companhia. A Companhia não foi objeto de nenhuma ação direta por parte das autoridades. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

Em 22 de março de 2016, a Organização Odebrecht divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações da Operação Lava Jato. Os administradores da Companhia não têm conhecimento do conteúdo das ações e medidas tomadas pelos administradores das outras empresas do Grupo Odebrecht relacionadas a eventuais acordos ou discussões correspondentes, bem como do conteúdo de outras ações administrativas e judiciais em curso contra outras empresas do Grupo Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia continua tomando diversas medidas visando o robustecimento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de continuar a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, inclusive com o apoio de terceiros, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas brasileiras e internacionais de governança.

A Companhia possui um sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial (“Sistema de Conformidade”). Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoriedade de adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Neste ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a controladora indireta OTP alterou sua estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao Conselho de Administração da OTP, bem como criou a função do *Chief Compliance Officer*, responsável pelo programa de conformidade, com reporte direto ao coordenador do Comitê de Conformidade. Adicionalmente, a Companhia (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (a OTP é signatária do Pacto Global desde 11 de março de 2016); (ii) está revisando e elaborando novas políticas com apoio de escritório externo de renome internacional (dentre elas, Política Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, entre outras); (iii) está implementando a metodologia de Governança, Riscos e *Compliance* (“GRC”), o que inclui a criação da área de auditoria interna; (iv) contratou empresa de consultoria para elaborar Matriz de Riscos e Controles para o Grupo, trabalho esse já iniciado; (v) realiza um plano anual de treinamentos das novas políticas e código de conduta; e (vi) está revisando o código de conduta vigente para endereçar alterações na legislação brasileira e mudanças de procedimentos internos.

Embora a Companhia (i) não tenha sido notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) nunca tenham sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e (iv) não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos, ex-executivos ou funcionários nas referidas acusações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias condensadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de outubro de 2016.

2. Políticas contábeis adotadas

Estas demonstrações contábeis intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, que foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e normas definidas pela CVM.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

As demonstrações contábeis intermediárias condensadas foram preparadas em conformidade com o CPC 21 – “Demonstração intermediária”.

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes no período findo em 30 de setembro de 2016 e de 2015. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não estão sendo apresentadas.

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 30 de setembro de 2016		
Fornecedores	24.520	809
Fornecedores - partes relacionadas	26.469	-
Mútuos - partes relacionadas	287.142	-
Empréstimos e financiamentos	1.013.989	-
Em 31 de dezembro de 2015		
Fornecedores	81.130	1.987
Fornecedores - partes relacionadas	52.166	-
Mútuos - partes relacionadas	146.208	-
Empréstimos e financiamentos	634.959	303.419

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores estão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- As faixas de vencimento apresentadas refletem os prazos contratualmente pactuados com os credores.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação as taxas de juros, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%

(*) Fonte: Projeção Banco Caixa Geral - 30/09/2016.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	7,5%	9,4%	11,3%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2016 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Financiamento Ponte BNDES	nov/16	Alta TJLP	94.240	94.281	94.322
Empréstimo Ponte CEF	fev/17	Alta TJLP	34.886	34.938	34.990

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	1.013.989	938.378
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(5.745)	(5.288)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(10.652)	(5.017)
Conta reserva (Nota 8)	(29.441)	-
Dívida líquida	968.151	928.073
Total do patrimônio líquido	286.995	200.892
Total do capital	1.255.146	1.128.965
Índice de alavancagem financeira - %	77	82

3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	5.745	5.288
Aplicações financeiras	10.652	5.017	-	-
Conta reserva	29.441	-	-	-
Contas a receber	-	-	21.148	17.924
Outros ativos	-	-	446	2.324
	40.093	5.017	27.339	25.536

	Outros passivos financeiros	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	1.013.989	938.378
Fornecedores	25.329	83.117
Fornecedores - Partes relacionadas	26.469	52.166
Mútuos - partes relacionadas	287.142	146.208
Contas a pagar	6.563	2.758
	1.359.492	1.222.627

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	20.626	17.654
Receitas acessórias	522	270
Total de contas a receber	21.148	17.924
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	40.093	5.017
	40.093	5.017
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	17	18
Bancos conta movimento	3.736	3.949
Numerários em trânsito	1.354	784
Fundo de troco	638	537
	5.745	5.288
	45.838	10.305

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa geral	17	18
Bancos conta movimento	3.736	3.949
Numerários em trânsito	1.354	784
Fundo de troco	638	537
	5.745	5.288

7. Aplicações financeiras

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 10.652 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 5.017). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

8. Conta reserva

Em 26 de julho de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual junto ao BNDES referente ao contrato de financiamento ponte (Nota 15), o aditivo contratual prevê entre outras alterações a obrigatoriedade da Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016.

É permitido que a Companhia destine os depósitos dos recursos ao fundo de investimento Itaú TOP Referenciado, os valores depositados representam uma garantia da liquidação dos juros devidos do contrato de financiamento ponte.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 29.441, aplicados no fundo de investimento Itaú Top Referenciado remuneradas a taxas que variam entre 99,80% a 101,50% do CDI.

9. Contas a receber

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	15.807	12.831
Vale pedágio	4.819	4.823
Receitas acessórias	522	270
	21.148	17.924

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de setembro de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

10. Despesas antecipadas

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a apropriar	6.348	6.475
Despesas com financiamentos e outras	3.021	2.475
	9.369	8.950
Ativo circulante	7.074	5.533
Ativo não circulante	2.295	3.417

11. Partes relacionadas

	Saldos			Transações	
	Ativo	Passivo		Resultado	
		Mútuo	Fornecedores	Serviços prestados	Despesas financeiras
Odebrecht Ambiental S.A. (i)	-	-	17	159	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (ii)	-	-	75	633	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI")	-	-	22.259	87.995	2.055
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	248.063	-	-	20.116
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	-	3.822	4.807	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	-	242	17.212	524
Odebrecht Transport S.A. (vii)	-	39.079	-	-	7.494
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (viii)	-	-	54	185	-
Em 30 de setembro de 2016	-	287.142	26.469	110.991	30.189
Em 31 de dezembro de 2015	89	146.208	52.166	210.053	-

a) Composição

Em 30 de setembro de 2016, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se a prestação de serviços de apoio ao *software* de gestão financeira (sistema administrativo-financeiro), pela Odebrecht Ambiental S.A.
- (ii) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO.
- (iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (turn-key lump sum), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OECI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia registrou o montante de R\$ 22.259 referente aos serviços de construção da infraestrutura e o montante de R\$ 2.055 registrados em despesas financeiras, refere-se a juros por atraso nos pagamentos à OECI.

- (iv) Em 30 de setembro de 2015 e 19 de novembro de 2015, a Companhia assinou contratos de mútuo com a ODBVias no montante total de R\$ 141.820, remunerados a taxa de 125% do CDI. O valor atualizado da dívida é de R\$ 248.063, com vencimento em 30 de junho de 2016 renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias. A Companhia reconheceu no período findo em 30 de setembro de 2016 o montante de R\$ 20.116 de juros.

Em 07 de julho de 2016, a controladora indireta OTP, assinou contratos de Cessão de Créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia, nos valores atualizados de R\$ 20.414, R\$ 15.957 e R\$ 21.139. Os termos dos contratos originais dos mútuos se mantiveram inalteradas. Portanto, a partir desta data a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias. Em 30 de setembro de 2016, os saldos atualizados dos mútuos são de R\$ 21.306, R\$ 16.655 e R\$ 22.064 (Nota 11 (vii)).

Em 08 de julho de 2016, Companhia assinou contrato de mútuo subordinado com a ODBVias no montante de R\$ 20.222, remunerados a taxa de 125% do CDI, o prazo para pagamento e liquidação do mútuo subordinado, vencerá em 30 de dezembro de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo atualizado do mútuo é R\$ 21.019.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 20.116 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (v) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

- (vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No período findo em 30 de setembro de 2016, foi registrado o montante de R\$ 17.212. Não há garantias previstas neste contrato.
- (vii) Em 23 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo subordinado com a OTP, no valor de R\$ 19.101, remunerado à taxa de 125% do CDI, com vencimento inicial previsto para 30 de junho de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo. A OTP cedeu o mútuo atualizado no montante de R\$ 20.414 para a ODBVias (Nota 11 (iv)).

Em 14 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 15.086, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 29 de abril de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo. A OTP cedeu o mútuo atualizado no montante de R\$ 15.957 para a ODBVias (Nota 11 (iv)).

Em 28 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 20.105, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 02 de maio de 2016, renovável automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias, levando-se em conta que o mútuo subordinado não poderá vencer anteriormente ao contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, o pagamento do mútuo fica subordinado a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo. A OTP cedeu o mútuo atualizado no montante de R\$ 21.139 para a ODBVias (Nota 11 (iv)).

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 37.425, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 30 de dezembro de 2016, com previsão de ser aditado de tempos em tempos, devido a cláusula de subordinação prevista no contrato, o mútuo deverá ser amortizado após a liquidação do empréstimo ponte firmado com o BNDES. Em 30 de setembro de 2016, o saldo atualizado do mútuo é de R\$ 39.079.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 7.494 de juros sobre o contrato de mútuo.

(viii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2016 e de 2015, totalizaram os montantes de R\$ 2.632 e R\$ 2.629 (reapresentado), respectivamente.

	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015 (Reapresentado)
Salários	2.187	2.180
Encargos	437	436
Previdência complementar	8	13
	2.632	2.629

A Companhia está reapresentando a remuneração paga aos administradores em 30 de setembro de 2015 para complementar valores adicionais de salários, encargos e benefícios, conforme abaixo:

	30 de setembro de 2015		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Honorários da diretoria	822	1.807	2.629

c) Participação no lucros e resultados

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados no montante de R\$ 3.499 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.890) (Nota 16).

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	16.741	14.648
Resultado pré-operacional	23.714	28.345
Juros capitalizados e custo de transação	(30.005)	(22.643)
	10.450	20.350

Conforme as projeções de resultados preparadas pela Administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 30 de setembro de 2016, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2016	-	7.918
2017	3.961	3.961
2018	-	-
2019	-	-
2020 em diante	6.489	8.471
	10.450	20.350

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

13. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benefícios em imóveis de terceiros	Total
Custo	882	1.215	573	1.819	1.654	6.143
Depreciação/exaustão	(69)	(224)	(98)	(584)	(873)	(1.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	813	991	475	1.235	781	4.295
Aquisições	18	132	10	127	186	473
Depreciação	(102)	(192)	(51)	(267)	(510)	(1.122)
Baixa líquida	-	-	-	(59)	-	(59)
Saldo contábil	729	931	434	1.036	457	3.587
Custo	900	1.347	583	1.842	1.840	6.512
Depreciação/exaustão acumulada	(171)	(416)	(149)	(806)	(1.383)	(2.925)
Saldo em 30 de setembro de 2016	729	931	434	1.036	457	3.587
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do período, conforme Notas 22 e 23.

14. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	614	15.556	1.366.437	307	1.382.914
Transferências	556.053	47.602	129.800	(733.455)	-	-
Amortização	(5.928)	(809)	(4.376)	-	(64)	(11.177)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	550.125	47.407	140.980	632.982	243	1.371.737
Aquisições	-	27	-	216.405	62	216.494
Transferências	190.300	18.742	372.621	(581.663)	-	-
Amortização	(8.806)	(745)	(7.566)	-	(47)	(17.164)
Baixas, líquidas de amortização	-	(11)	(827)	-	-	(838)
Saldo contábil	731.619	65.420	505.208	267.724	258	1.570.229
Custo	746.353	66.968	516.815	267.724	369	1.598.229
Amortização	(14.734)	(1.548)	(11.607)	-	(111)	(28.000)
Saldo em 30 de junho de 2016	731.619	65.420	505.208	267.724	258	1.570.229
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do período, conforme Notas 22 e 23.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de Recuperação, Operação, Melhoramentos e Intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e periodicamente revisada.

As adições do período findo em 30 de setembro 2016, refere-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de Concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

• Recuperação

A descrição da rubrica Recuperação na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica Operação consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 29.127 no período findo em 30 de setembro de 2016 (30 de setembro de 2015 R\$ 37.347).

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

15. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,0%	686.765	640.806
Empréstimo Caixa Econômica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	333.409	307.860
Custos de captação a amortizar	R\$		(6.185)	(10.288)
			1.013.989	938.378
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			682.701	634.959
Empréstimo Caixa Econômica Federal			331.288	-
			1.013.989	634.959
Passivo não circulante				
Empréstimo Caixa Econômica Federal			-	303.419
Passivo não circulante			-	303.419

a) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo, R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 8 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do Contrato de Prestação de Garantia.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo junto ao BNDES de 29 de julho de 2016 para 15 de novembro de 2016, o aditivo contratual prevê entre outras obrigações a constituição de uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016 (Nota 8), a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES será realizada em parcela única.

b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP, o vencimento do principal e dos juros do está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

c) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores"). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias assinou carta de fiança corporativa em favor dos Fiadores perante o Contrato de Prestação de Garantias. Esta fiança garante aos Fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do Contrato de Prestação de Garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

d) Principais compromissos assumidos (“covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 30 de setembro de 2016.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Encargos sociais e trabalhistas	5.357	4.233
Benefícios a empregados	83	102
Participação nos lucros e resultados	3.499	4.890
	8.939	9.225

17. Contas a pagar

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a pagar	1.518	607
Verbas do contrato de concessão	3.739	2.146
Outras contas a pagar	1.306	5
	6.563	2.758

18. Contingências e provisões para causas judiciais

	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reclamações cíveis	407	139
Outras	49	-
	456	139

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 2.116 em 30 de setembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 R\$ 660).

Adicionalmente, a Companhia possui ações de naturezas cíveis, sendo uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal da Comarca de Rondonópolis/MT e a outra refere-se a um auto de infração proposto pela Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor do Município de Rondonópolis/MT, na avaliação dos consultores jurídicos, o risco de perda são classificados como possíveis, porém não há uma estimativa confiável para os valores de perda dessas ações.

19. Provisão para conserva especial

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 5.354 (31 de dezembro de 2015 R\$ 426) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos, descontados a valor presente de 13,30% a.a. (31 de dezembro de 2015 - 13,24% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 21 de julho de 2016, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 67.000, mediante emissão de 67.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizados mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, os aportes foram realizados pela acionista ODBVias em 04 de julho de 2016, no montante de R\$ 4.000 e em 11 de julho de 2016, no montante de R\$ 63.000.

Em 30 de setembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 307.558, representado por 307.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

21. Receita líquida

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	28.445	222.680	291.302	624.459
Receitas em numerário	38.341	110.529	11.501	11.501
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	41.766	112.325	6.783	6.783
Receitas de vale pedágio (iii)	24.015	71.466	4.988	4.988
Receitas acessórias	1.120	3.366	-	-
Outras receitas de pedágio	-	534	4.844	4.844
Receita de operação	105.242	298.220	28.116	28.116
Receita total	133.687	520.900	319.418	652.575
Tributos sobre serviços de operação	(8.795)	(24.870)	(2.502)	(2.502)
Outras deduções	(117)	(167)	-	-
	124.775	495.863	316.916	650.073

- (i) A Companhia reconheceu, nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015, R\$ 222.680 e R\$ 624.459, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“*Automatic Vehicle Identification*”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

22. Custo dos serviços

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Depreciação e amortização	(6.183)	(17.448)	(2.095)	(2.095)
Salários e encargos	(8.864)	(26.043)	(5.149)	(5.149)
Gastos gerais	(6.804)	(16.700)	(2.185)	(2.185)
Serviços de terceiros	(19.478)	(41.513)	(3.953)	(3.953)
Seguros	(1.000)	(3.425)	(368)	(368)
Provisão para conserva especial	(2.092)	(4.737)	-	-
Materiais	(1.092)	(2.810)	(854)	(854)
Aluguéis	(276)	(834)	(138)	(138)
	(45.789)	(113.510)	(14.742)	(14.742)
Custo de construção ICPC 01-R1	(28.445)	(222.680)	(291.302)	(624.459)
	(74.234)	(336.190)	(306.044)	(639.201)

23. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Salários e encargos	(3.341)	(9.666)	(4.780)	(16.416)
Serviços de terceiros	(1.158)	(2.857)	(5.786)	(18.969)
Depreciação e amortização	(284)	(838)	(1.096)	(4.678)
Despesas com veículos	(89)	(281)	(691)	(3.697)
Gastos gerais	(1.553)	(4.150)	(3.493)	(13.059)
	(6.425)	(17.792)	(15.846)	(56.819)

24. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(19.868)	(49.527)	(5.627)	(12.030)
Juros sobre mútuos	(12.359)	(27.610)	-	-
Custos de transação	(24.094)	(29.855)	-	-
Juros sobre atraso	-	(2.060)	(8.378)	(8.378)
IOF	(378)	(2.152)	-	-
Ajuste a valor presente	(114)	(190)	-	-
Outras	(3.901)	(4.784)	(1.791)	(1.886)
	(60.714)	(116.178)	(15.796)	(22.294)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	1.732	2.458	420	5.408
Outras	132	233	86	283
	1.864	2.691	506	5.691
Resultado financeiro, líquido	(58.850)	(113.487)	(15.290)	(16.603)

25. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(14.541)	29.002	(20.274)	(62.625)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	4.943	(9.861)	6.893	21.293
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-	-	-
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(14)	(38)	(1.049)	(1.050)
Efeito IR e CSLL no resultado	4.929	(9.899)	5.844	20.243
IR e CSLL corrente (reversão)	1.659	-	-	-
IR e CSLL diferido	3.270	(9.899)	5.844	20.243
Total de IR e CSLL diferidos	4.929	(9.899)	5.844	20.243

26. Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos findos em 30 de setembro.

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015
Lucro (prejuízo) do período	(9.612)	19.103	(14.430)	(42.382)
Quantidade média ponderada de ações	257.920	257.920	138.990	378.990
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	(37,27)	74,07	(103,82)	(111,83)

27. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do período findo em 30 de setembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Fornecedores	(4.767)	(32.997)
Partes relacionadas	(691)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(5.458)	(32.997)
Aquisição de ativo intangível	5.323	32.838
Aquisição de ativo imobilizado	135	159
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	5.458	32.997

28. Seguros

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de concessões públicas	326.169
Risco operacional	330.417
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	(*)

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

* * *